

0000 00 00 0000 0000 0000
0000 00 00 0000 0000 0000
0000 00 00 0000 0000 0000
0000 00 00 0000 0000 0000



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM QUATRO
SÉRIES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL
FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS
RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA CAPRICÓRNIO S.A.**

entre

CAPRICÓRNIO S.A.
EMISSIONA

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
AGENTE FIDUCIÁRIO

JOSÉ SEABRA MARINO
INTERVENIENTE

JÚLIO MANFREDINI
INTERVENIENTE

SÍLVIA MARIA MANFREDINI BORDIGNON
INTERVENIENTE

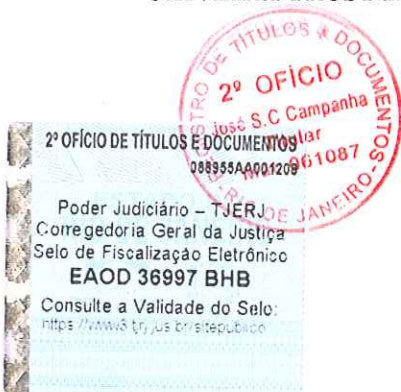
GILSON BORDIGNON
INTERVENIENTE

7º Oficial de Reg. de Títulos e Documentos
e Civil de Pessoa Jurídica da Capital
DR. JOSÉ A. MICHALUAT - OFICIAL

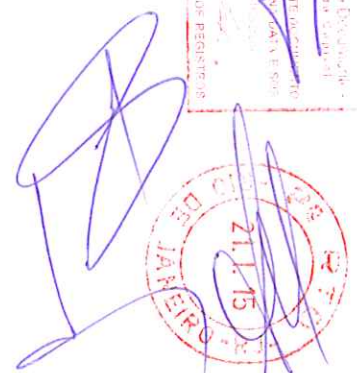
13 JAN. 2015

MICROFILMAGEM

1899245



15 DE DEZEMBRO DE 2014



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM QUATRO SÉRIES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA CAPRICÓRNIO S.A.

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

CAPRICÓRNIO S.A., sociedade por ações de capital fechado com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Avenida Angélica, 2.578, 12º andar, CEP 01228-200, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.745.411/0001-38, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.014.499, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora");

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 500, Bloco 13 – grupo 205, CEP 22640-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE 33.3.0027387-5 ("Agente Fiduciário"), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, nomeada na Escritura (conforme definida abaixo) para representar a comunhão dos interesses dos Debenturistas (conforme definido abaixo), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações");

Na qualidade de intervenientes,

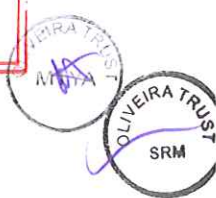
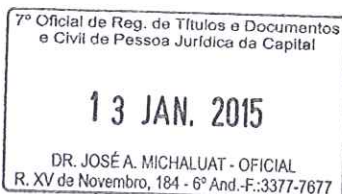
JOSÉ SEABRA MARINO, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG 3.192.984-9, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de São Paulo ("SSP/SP") e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº 003.426.178-85, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Antonio Carlos, nº 131, CEP 01309-010 ("José");

JÚLIO MANFREDINI, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG 4.895.511-5, expedida pela SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 653.841.678-34, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Bela Cintra, nº 1.900 - apto. 191, CEP 01415-006 ("Júlio");

SÍLVIA MARIA MANFREDINI BORDIGNON, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens com Gilson Bordignon (abaixo qualificado), economista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 4.712.564, expedida pela SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 012.554.778-14, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Alameda Itu, nº 93 – apto. 51, Cerqueira Cesar, CEP 01421-000 ("Sílvia"); e

GILSON BORDIGNON, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens com Sílvia, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.616.106, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 023.585.668-10, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Alameda Itu, nº 93 – apto. 51, Cerqueira Cesar, CEP 01421-000 ("Gilson") e, em conjunto com José, Júlio e Sílvia, "Fiadores", e os Fiadores, em conjunto com a Emissora e o Agente Fiduciário, "Partes")

TEXT_SP 9057511v1 11589/1



CELEBRAM o presente "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Quatro Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Capricórnio S.A." ("Escritura"), nos termos e condições abaixo.

1. AUTORIZAÇÕES

1.1 Nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações e do estatuto social da Emissora, a presente Escritura é celebrada, e as Garantias da Emissora (conforme definido abaixo) são outorgadas, com base na assembleia geral extraordinária da Emissora realizada em 15 de dezembro de 2014 ("AGE").

1.2 A Fiança (conforme definida abaixo) constituída pelos Fiadores foi devidamente autorizada pelos cônjuges anuentes dos Fiadores, quando for o caso, nos termos da legislação aplicável, conforme atestado por meio de suas respectivas assinaturas na presente Escritura.

2. DOS REQUISITOS

2.1 A presente Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1.1 Arquivamento e Publicação das Deliberações

2.1.1.1 A ata da AGE de que trata a Cláusula 1.1 acima será arquivada na JUCESP e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no DCI - Diário Comércio Indústria & Serviços, nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.1.2 Os atos societários que eventualmente venham a ser praticados, no âmbito da presente Emissão, após o registro da Escritura serão igualmente arquivados na JUCESP e serão publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no DCI - Diário Comércio Indústria & Serviços, conforme legislação em vigor.

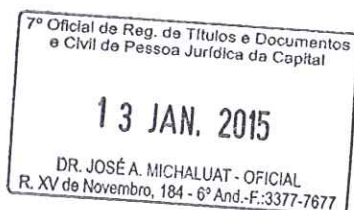
2.1.2 Arquivamento da Escritura

2.1.2.1 Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser inscritos na JUCESP, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações. Vias originais desta Escritura e de eventuais aditamentos, devidamente assinados, deverão ser enviados pela Emissora para registro na JUCESP em até 1 (um) dia útil de sua celebração, e, uma vez devidamente registrados na JUCESP, deverão ser enviadas pela Emissora ao Agente Fiduciário, em até 10 (dez) dias úteis, 1 (uma) via original da Escritura e/ou de seus eventuais aditamentos.

2.1.3 Registro das Garantias

2.1.3.1 Em função da prestação das Garantias (conforme definido abaixo), (i) o Contrato de Cessão Fiduciária da 1ª Série (conforme abaixo definido) será protocolizado nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da sede ou domicílio, conforme o caso, de cada uma de suas partes, quais sejam a Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, a Cidade de Itajaí, no Estado de Santa Catarina e a Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro; (ii) o Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel da 2ª Série (conforme abaixo definido) será protocolizado no competente Cartório de Registro de Imóveis da Cidade de Bragança Paulista, Estado de São Paulo; (iii) o Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel da 3ª Série (conforme abaixo

TEXT_SP 9057511v1 11589/1



definido) será protocolizado no competente Cartório de Registro de Imóveis da Cidade São Carlos, Estado de São Paulo; (iv) o Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel da 4ª Série (conforme abaixo definido) será protocolizado no competente Cartório de Registro de Imóveis da Cidade Iranduba, Estado do Amazonas; e (v) a Escritura será protocolizada nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da sede ou domicílio, conforme o caso, de cada uma das Partes, quais sejam a Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo e a Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro; devendo os Contratos de Garantia (conforme abaixo definido) serem registrados nos prazos previstos em cada um dos Contratos de Garantia.

2.1.3.2 Os eventuais aditamentos aos Contratos de Garantia e à Escritura deverão ser igualmente registrados nos cartórios competentes.

2.1.4 Registro na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”)

2.1.4.1 A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”), por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição (“Oferta Restrita”). Não obstante, o Banco Indusval S.A., na qualidade de Coordenador Líder da Oferta Restrita (“Coordenador Líder”), enviará à CVM (i) comunicação de início da Oferta Restrita, nos termos do artigo 7-A da Instrução CVM 476; e (ii) comunicação de encerramento da Oferta Restrita, nos termos do artigo 8º da Instrução CVM 476.

2.1.5 Registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”)

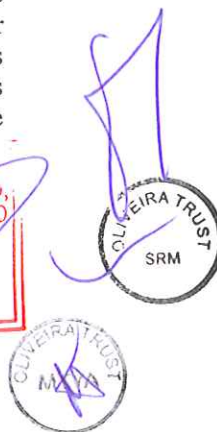
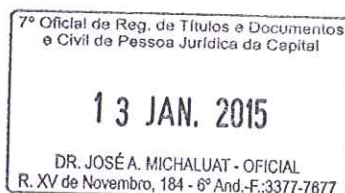
2.1.5.1 A Oferta Restrita será registrada pelo Coordenador Líder na ANBIMA, nos termos dos parágrafos primeiro, inciso I e segundo do artigo 1º do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários”, exclusivamente para fins de informar a base de dados, condicionado à expedição, até a data do encerramento da Oferta Restrita, de diretrizes do Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA, nos termos do artigo 9º, §1º, do referido Código.

3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1 Objeto Social da Emissora

3.1.1 A Emissora tem por objeto a exploração industrial e comercial de produtos têxteis e confecções. Importação, exportação e representação comercial por conta própria e de terceiros dos seguintes produtos e ou mercadorias: a) fiação, tecelagem, tinturaria, acabamento, confecções em geral, calçados, meias, malharia em geral, papelaria, armarinho e miudezas, material escolar em geral; fardamentos e equipamentos militares e civis, industrializados e ou manufaturados em couro, lona, plástico, borracha, tecidos diversos e seus derivados; equipamentos de proteção individual, ferragens e ferramentas e geral; kits e equipamentos de laboratório para ensino; cutelaria; artigos de pesca, salvamento, sinalização e seus pertences; artigos domésticos; materiais e equipamentos de informática; materiais e equipamentos esportivos em geral; artigos de cine, foto e som; artefatos de madeira e metalurgia em geral; instrumentos musicais em geral; materiais, trilhos e equipamentos ferroviários em geral; telhas translúcidas, caixa d’água, cisternas, tubos e conexões de quaisquer matérias prima, mobiliário em geral, artigos de escritórios e correlatos, brinquedos e artigos pedagógicos, educacionais e recreativos; artigos para decoração; artigos para escritório, máquinas diversas, impressos em geral; material para construção e acabamento em geral; materiais elétricos e

TEXT_SP 9057511v1 11589/1



hidráulicos; produtos para a saúde e cosméticos; b) transporte, distribuição, armazenagem, logística em geral; e c) podendo ainda associar-se e participar direta ou indiretamente de outras sociedades, que tenham ou não o mesmo objetivo.

3.2 Número da Emissão

3.2.1 Para todos os fins, a presente Escritura representa a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora ("Emissão").

3.3 Número de Séries

3.3.1 A Emissão será realizada em quatro séries.

3.4 Montante da Emissão

3.4.1 O montante total da Emissão será de R\$65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definida abaixo), sendo alocado entre cada série compreendida na presente Emissão da seguinte forma:

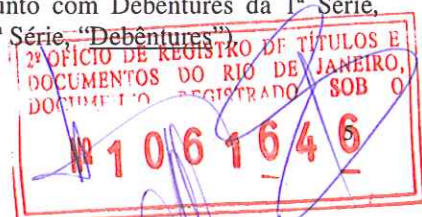
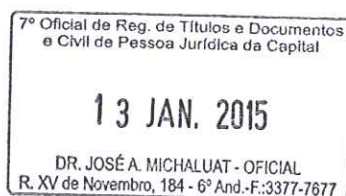
- (i) R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) para as Debêntures da 1ª Série (conforme abaixo definido) ("Valor da 1ª Série");
- (ii) R\$11.900.000,00 (onze milhões e novecentos mil reais) para as Debêntures da 2ª Série (conforme abaixo definido) ("Valor da 2ª Série");
- (iii) R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) para as Debêntures da 3ª Série (conforme abaixo definido) ("Valor da 3ª Série"); e
- (iv) R\$13.100.000,00 (treze milhões e cem mil reais) para as Debêntures da 4ª Série (conforme abaixo definido) ("Valor da 4ª Série", e em conjunto com Valor da 1ª Série, Valor da 2ª Série e Valor da 3ª Série, "Valor da Emissão").

3.5 Quantidade de Debêntures

3.5.1 Serão emitidas 650 (seiscentas e cinquenta) Debêntures (conforme abaixo definido), divididas em quatro séries, sendo:

- (i) 300 (trezentas) debêntures no âmbito da 1ª (primeira) série ("Debêntures da 1ª Série");
- (ii) 119 (cento e dezenove) debêntures no âmbito da 2ª (segunda) série ("Debêntures da 2ª Série");
- (iii) 100 (cem) debêntures no âmbito da 3ª (terceira) série ("Debêntures da 3ª Série"); e
- (iv) 131 (cento e trinta e uma) debêntures no âmbito da 4ª (quarta) série ("Debêntures da 4ª Série", e em conjunto com Debêntures da 1ª Série, Debêntures da 2ª Série, Debêntures da 3ª Série, "Debêntures").

TEXT_SP 9057511v1 11589/1



3.6 Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

3.6.1 O Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, CEP 04344-902, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04, será o banco liquidante (“Banco Liquidante”).

3.6.2 A Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, CEP 04538-132, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64, será o escriturador mandatário da presente Emissão (“Escriturador Mandatário”).

3.7 Destinação dos Recursos

3.7.1 Os recursos captados através da presente Emissão serão destinados exclusivamente à aquisição de algodão para beneficiamento e industrialização, necessários para a continuidade das atividades da Emissora durante os anos de 2015 e 2016, diretamente de produtores rurais e terceiros comercializadores de algodão, de forma que a Emissora, no curso normal de seus negócios, possa cumprir seu objeto social.

3.7.2 Mensalmente, ou em prazo menor se solicitado pelo Agente Fiduciário, a Emissora deverá fornecer ao Agente Fiduciário a Declaração Financeira de Destinação dos Recursos, conforme modelo constante do Anexo I da presente Escritura, e sempre que solicitado pelo Agente Fiduciário, cópia (física ou eletrônica) das notas fiscais relacionadas a tal aquisição.

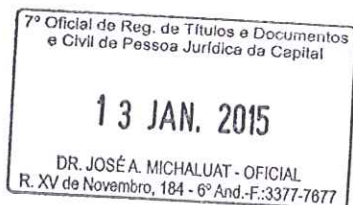
3.8 Registro para Distribuição e Negociação

3.8.1 As Debêntures serão registradas (i) para distribuição no mercado primário através do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), e (ii) para negociação em mercado secundário através do Cetip21 – Títulos e Valores Mobiliários (“Cetip21”), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a custódia eletrônica das Debêntures e a liquidação financeira realizadas através da CETIP.

3.8.2 As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado e não organizado depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, nos termos dos artigos 13 e 14, e do cumprimento pela Emissora do artigo 17, da Instrução CVM 476. Somente investidores qualificados, conforme definidos na Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada (“Instrução CVM 409”), e observado o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476, poderão adquirir as Debêntures, ressalvado o disposto no parágrafo 1º do artigo 15 da Instrução CVM 476.

3.8.2.1 Para efeitos da Cláusula 3.8.2 acima, consideram-se Investidores Qualificados aqueles definidos no artigo 109 da Instrução CVM 409, observado, para efeito do disposto na Instrução CVM 476 e na presente Escritura, que: (i) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, mesmo que se destinem a investidores não-qualificados; (ii) fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos na presente Escritura; e (iii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM 409

TEXT_SP 9057511v1 11589/1



deverão subscrever, no âmbito da Emissão, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ("Investidores Qualificados").

3.9 Colocação e Procedimento de Distribuição

3.9.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, com a intermediação do Coordenador Líder, por meio do módulo MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, e destinadas exclusivamente à subscrição por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, observados o artigo 3º da Instrução CVM 476 (procura de, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Qualificados) e os termos e condições do "Contrato de Coordenação de Distribuição Pública Restrita, sob o Regime de Melhores Esforços de Colocação, de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Quatro Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, da 1ª Emissão da Capricórnio S.A." ("Contrato de Colocação").

3.9.2. Cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente de que (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas nesta Escritura e na regulamentação aplicável, devendo, ainda, por meio de tal declaração, manifestar sua concordância expressa a todos os seus termos e condições.

3.9.3. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta Restrita, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

3.9.4. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

4. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1 Valor Nominal Unitário

4.1.1.1 O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$100.000,00 (cem mil reais) ("Valor Nominal" ou "Valor Nominal Unitário").

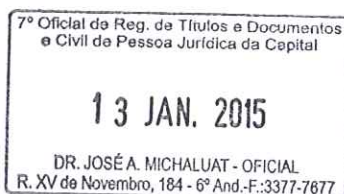
4.1.2 Data de Emissão

4.1.2.1 Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 18 de dezembro de 2014 ("Data de Emissão").

4.1.3 Prazo e Data de Vencimento

4.1.3.1 O vencimento final das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 42 (quarenta e dois) meses contados da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 18 de junho de 2018 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula 5.3 abaixo. Na ocasião do vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures pelo

TEXT_SP 9057511v1 11589/1



OLIVEIRA
SRM

saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos (conforme definidos abaixo), calculados na forma prevista nesta Escritura.

4.1.4 *Forma e Emissão de Certificados*

4.1.4.1 As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de certificados ou cautelas.

4.1.5 *Comprovação de Titularidade das Debêntures*

4.1.5.1 Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade o extrato expedido pela CETIP em nome dos titulares das Debêntures da 1ª Série ("Debenturistas da 1ª Série"), dos titulares das Debêntures da 2ª Série ("Debenturistas da 2ª Série"), dos titulares das Debêntures da 3ª Série ("Debenturistas da 3ª Série") e dos titulares das Debêntures da 4ª Série ("Debenturistas da 4ª Série"), e em conjunto com Debenturistas da 1ª Série, Debenturistas da 2ª Série e Debenturistas da 3ª Série, "Debenturistas") com relação às Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.1.6 *Espécie*

4.1.6.1 As Debêntures serão da espécie com garantia real e contarão com garantia adicional fidejussória.

4.1.7 *Conversibilidade*

4.1.7.1 As Debêntures serão simples e não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.2 **Subscrição**

4.2.1 *Prazo de Subscrição*

4.2.1.1 As Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo observado (i) o disposto no artigo 8º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 476, a partir da data de início da distribuição, nos termos da regulamentação aplicável e (ii) os termos do Contrato de Colocação ("Data de Subscrição").

4.2.2 *Preço de Subscrição*

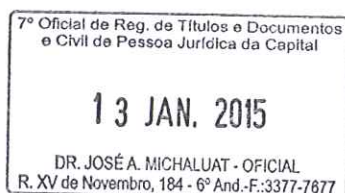
4.2.2.1 O preço de subscrição das Debêntures corresponderá a seu Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios (conforme definido abaixo), calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização da Debêntures com duas casas decimais, sem arredondamento.

4.3 **Integralização e Forma de Pagamento**

4.3.1 As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, em até 2 dias a contar da Data de Subscrição, nos termos da Cláusula 4.2.1.1 acima, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP.

4.4 **Direito de Preferência**

TEXT_SP 9057511v1 11589/1



4.4.1 Não há direito de preferência dos atuais acionistas da Emissora na subscrição das Debêntures.

4.5 Atualização do Valor Nominal

4.5.1 Não haverá atualização do Valor Nominal das Debêntures.

4.6 Remuneração

4.6.1 Juros Remuneratórios

4.6.1.1 As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios incidentes sobre o Valor Nominal Unitário de cada Debênture, desde a Data de Emissão das Debêntures, conforme Cláusula 4.2.1.1 acima, até a data efetiva de pagamento de juros remuneratórios, conforme Cláusula 4.6.1.2 abaixo, correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extra-grupo*, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na *Internet* (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI”), acrescida exponencialmente de um percentual (*spread*) equivalente a 4,65% (quatro inteiros e sessenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis (“Juros Remuneratórios”).

4.6.1.2 Os Juros Remuneratórios serão calculados em regime de capitalização composta, de forma *pro rata temporis*, por dias úteis, e serão devidos mensalmente, no dia 18 de cada mês, a partir da Data de Emissão das Debêntures, ocorrendo o primeiro pagamento em 18 de janeiro de 2015 e o último na Data de Vencimento das Debêntures, ou na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento relacionados na Cláusula 5.3 abaixo ou na data do resgate antecipado, conforme definido na Cláusula 5.2 abaixo.

4.6.1.2.1 Define-se “Período de Capitalização” como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão (inclusive), no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para o pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior (inclusive), no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento dos Juros Remuneratórios correspondente ao período em questão (exclusive). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento, amortização, resgate antecipado e vencimento antecipado das Debêntures, conforme o caso, nos termos desta Escritura.

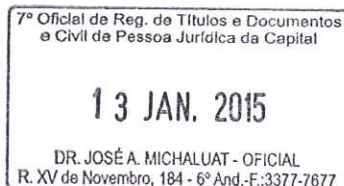
4.6.1.3 Os Juros Remuneratórios deverão ser calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{Fator de Juros} - 1)$$

onde:

J = valor dos Juros Remuneratórios devidos no fim de cada Período de Capitalização, calculada com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

TEXT_SP 9057511v1 11589/1





n = o número de dias úteis entre a Data de Emissão, ou o último pagamento dos Juros Remuneratórios, conforme o caso, inclusive, e a data do cálculo, exclusive, sendo " n " um número inteiro;

(a) O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento.

(b) Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$ sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

(c) Uma vez os fatores diários estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais com arredondamento.

(d) O fator resultante da expressão $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

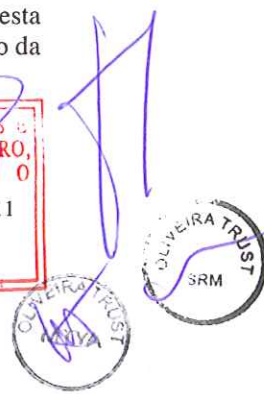
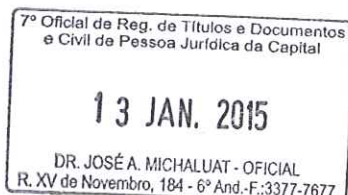
A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.6.1.4 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.6.1.5 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver o substituto legal da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) para definir, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado.

4.6.1.6 Na Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 4.6.1.5 acima, uma taxa de remuneração substituta deverá ser necessariamente definida entre a Emissora e os Debenturistas dentre os índices utilizados no mercado financeiro para remuneração de investimento em renda fixa, por 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, sendo que a taxa de remuneração substituta definida em referida Assembleia Geral de Debenturistas deverá, na medida do possível, preservar o valor real e os mesmos níveis dos Juros Remuneratórios até então em vigor. Caso a respectiva taxa substituta dos Juros Remuneratórios seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis utilizada pela Taxa DI. Na hipótese de não haver consenso entre Emissora e Debenturistas na Assembleia Geral de Debenturistas ou, então, não haver índices utilizados no mercado financeiro para remuneração de investimento em renda fixa que preservem o valor real e os mesmos níveis dos Juros Remuneratórios até então em vigor, as Debêntures deverão ser resgatadas em sua totalidade. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações principais e acessórias previstas nesta Escritura, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo).

TEXT_SP 9057511v1 11589/1



4.6.1.7 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação.

4.7 Repactuação Programada

4.7.1 Não haverá repactuação programada das Debêntures.

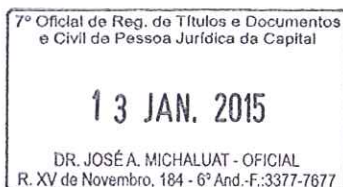
4.8 Amortização

4.8.1 O Valor Nominal das Debêntures será amortizado pela Companhia em 30 (trinta) parcelas mensais e consecutivas a partir do 13º (décimo terceiro) mês, inclusive, a contar da Data de Emissão, sendo a primeira em 18 de janeiro de 2016 e a última na Data de Vencimento, observados os montantes de amortização indicados na tabela abaixo:

N.º	Data	Percentual de amortização (sobre o Valor da Emissão)
01	18 de janeiro de 2016	3,33% (três inteiros e trinta e três centésimos por cento)
02	18 de fevereiro de 2016	3,33% (três inteiros e trinta e três centésimos por cento)
03	18 de março de 2016	3,33% (três inteiros e trinta e três centésimos por cento)
04	18 de abril de 2016	3,33% (três inteiros e trinta e três centésimos por cento)
05	18 de maio de 2016	3,33% (três inteiros e trinta e três centésimos por cento)
06	18 de junho de 2016	3,33% (três inteiros e trinta e três centésimos por cento)
07	18 de julho de 2016	3,33% (três inteiros e trinta e três centésimos por cento)
08	18 de agosto de 2016	3,33% (três inteiros e trinta e três centésimos por cento)
09	18 de setembro de 2016	3,33% (três inteiros e trinta e três centésimos por cento)
10	18 de outubro de 2016	3,33% (três inteiros e trinta e três centésimos por cento)
11	18 de novembro de 2016	3,33% (três inteiros e trinta e três centésimos por cento)
12	18 de dezembro de 2016	3,33% (três inteiros e trinta e três centésimos por cento)
13	18 de janeiro de 2017	3,33% (três inteiros e trinta e três centésimos por cento)
14	18 de fevereiro de 2017	3,33% (três inteiros e trinta e três centésimos por cento)
15	18 de março de 2017	3,33% (três inteiros e trinta e três centésimos por cento)
16	18 de abril de 2017	3,33% (três inteiros e trinta e três centésimos por cento)
17	18 de maio de 2017	3,33% (três inteiros e trinta e três centésimos por cento)
18	18 de junho de 2017	3,33% (três inteiros e trinta e três centésimos por cento)
19	18 de julho de 2017	3,33% (três inteiros e trinta e três centésimos por cento)
20	18 de agosto de 2017	3,33% (três inteiros e trinta e três centésimos por cento)
21	18 de setembro de 2017	3,33% (três inteiros e trinta e três centésimos por cento)
22	18 de outubro de 2017	3,33% (três inteiros e trinta e três centésimos por cento)
23	18 de novembro de 2017	3,33% (três inteiros e trinta e três centésimos por cento)
24	18 de dezembro de 2017	3,33% (três inteiros e trinta e três centésimos por cento)
25	18 de janeiro de 2018	3,33% (três inteiros e trinta e três centésimos por cento)
26	18 de fevereiro de 2018	3,33% (três inteiros e trinta e três centésimos por cento)
27	18 de março de 2018	3,33% (três inteiros e trinta e três centésimos por cento)
28	18 de abril de 2018	3,33% (três inteiros e trinta e três centésimos por cento)
29	18 de maio de 2018	3,33% (três inteiros e trinta e três centésimos por cento)
30	18 de junho de 2018	saldo devedor remanescente

4.8.2 Não será admitida a amortização antecipada programada ou extraordinária do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures.

TEXT_SP 9057511v1 11589/1



4.9 Condições de Pagamento

4.9.1 Local de Pagamento e Imunidade Tributária

4.9.1.1 Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP, (a) na sede da Emissora ou do Escriturador Mandatário, ou (b) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.

4.9.1.2 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor, como se não fosse imune ou gozasse de isenção tributária.

4.9.1.3 O Debenturista que tenha prestado declaração sobre sua condição de imunidade, isenção, não incidência ou alíquota zero de tributos, nos termos do item 4.9.1.2 acima, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável ou, ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito ao Banco Liquidante, com cópia para a Emissora, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Liquidante ou pela Emissora.

4.9.2 Prorrogação dos Prazos

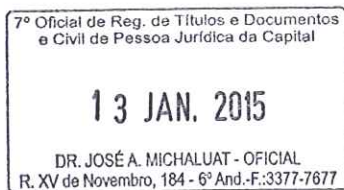
4.9.2.1 Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, até o primeiro dia útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo, ou ainda, quando não houver expediente bancário na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

4.9.3 Encargos Moratórios

4.9.3.1 Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios, os quais continuarão a incidir até que o valor devido seja efetivamente pago, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa convencional, irredutível e não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (em conjunto, "Encargos Moratórios").

4.9.4 Decadência dos Direitos aos Acréscimos

TEXT_SP 9057511v1 11589/1





(“Alienação Fiduciária de Bem Imóvel da 3ª Série” e “Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel da 3ª Série”, respectivamente).

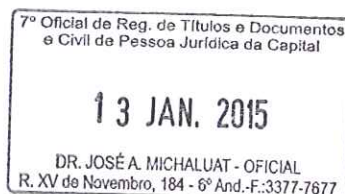
4.11.4 As Debêntures da 4ª Série contarão com garantia real representada pela alienação fiduciária, pela Emissora, irrevogável e irretratável, em favor do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas da 4ª Série, nos termos do artigo 1.361 e seguintes do Código Civil, e artigo 22 e seguintes da Lei nº 9.514, de imóvel de propriedade da Emissora objeto das matrículas de nº 1.271 e 1.272 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Iranduba, Estado do Amazonas (“Alienação Fiduciária de Bem Imóvel da 4ª Série” e “Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel da 4ª Série”, e este em conjunto com Contrato de Cessão Fiduciária da 1ª Série, Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel da 2ª Série, Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel da 3ª Série, “Contratos de Garantia”).

4.11.5 A garantia fidejussória adicional das Debêntures é representada por fiança, concedida pelos Fiadores com a expressa anuência dos respectivos cônjuges anuentes, que assinam a presente Escritura exclusivamente para tal finalidade, nos termos das disposições legais aplicáveis e conforme as disposições dos itens abaixo (“Fiança” e, em conjunto com a Cessão Fiduciária, , Alienação da Fiduciária de Bem Imóvel da 2ª Série, Alienação Fiduciária de Bem Imóvel da 3ª Série e Alienação Fiduciária de Bem Imóvel da 4ª Série, “Garantias”).

4.11.6 Como garantia do fiel e pontual pagamento das Debêntures, os Fiadores prestam, solidariamente, fiança em favor dos Debenturistas, todos representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se solidariamente como fiadores e principais pagadores pelo pagamento de todos os valores devidos no âmbito da Emissão e da presente Escritura, nos termos descritos a seguir:

- (i) os Fiadores declaram-se neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, solidariamente, fiadores e principais pagadores do Valor da Emissão, acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, incluindo, sem limitação, aquelas devidas ao Agente Fiduciário, bem como eventuais indenizações, todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes desta Escritura de Emissão (“Valor Garantido”);
- (ii) o Valor Garantido será pago por qualquer dos Fiadores no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas contado a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário aos Fiadores nesse sentido, mediante a qual será informada a falta de pagamento por parte da Emissora, na respectiva data de pagamento, de qualquer valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura, incluindo, sem limitação, os montantes devidos aos titulares das Debêntures a título de Valor Nominal Unitário, conforme o caso, Juros Remuneratórios e/ou encargos de qualquer natureza. Em tal caso, os pagamentos deverão ser realizados pelo Fiador aplicável de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura, fora do âmbito da CETIP;
- (iii) os Fiadores expressamente renunciam aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, 364, 366, 821, 827, 829, 830 e 834 et seq., todos do Código Civil e no artigo 77 e 595 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada (“Código de Processo Civil”);
- (iv) os Fiadores desde já concordam e obrigam-se a somente exigir e/ou demandar da Emissora

TEXT_SP 9057511v1 11589/1





qualquer valor por eles honrados nos termos da Fiança após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura;

- (v) cabe ao Agente Fiduciário requerer a execução, judicial ou extrajudicial, da Fiança, conforme função que lhe é atribuída, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora nos termos desta Escritura.
- (vi) mediante a excussão da Fiança, os Fiadores sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas perante a Emissora, conforme aplicável;
- (vii) a Fiança entrará em vigor na data de assinatura desta Escritura, vigendo até o pagamento integral do Valor Garantido, quer seja pela Emissora ou por qualquer dos Fiadores nos termos aqui tratados;
- (viii) os Fiadores desde já reconhecem como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data de pagamento integral do Valor Garantido, ficando estabelecido que tal disposição poderá ser alterada mediante aprovação prévia dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo);
- (ix) a Fiança foi devidamente consentida de boa fé pelos Fiadores, nos termos das disposições legais aplicáveis; e
- (x) a Fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes for necessário até a integral liquidação do Valor Garantido.

4.11.7 Cada Debenturista, cuja adesão a esta Escritura se dá por meio da simples subscrição ou aquisição de uma ou mais Debêntures a qualquer título, em caráter irrevogável e irretratável outorga ao Agente Fiduciário mandato para que exerça todos os direitos inerentes ao exercício e à manutenção de tais Garantias, bem como para o fiel cumprimento desta Escritura no interesse de todos os Debenturistas.

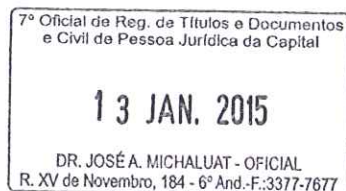
4.11.8. As Garantias referidas acima são outorgadas em caráter irrevogável e irretratável pela Emissora e pelos Fiadores, com a anuência dos cônjuges anuentes, conforme aplicável, vigendo até a integral liquidação do Valor Garantido, nos termos da presente Escritura, dos Contratos de Garantia e dos demais instrumentos jurídicos competentes à formalização das Garantias (conjuntamente, "Documentos das Garantias").

5. DA AQUISIÇÃO FACULTATIVA, DO RESGATE ANTECIPADO E DO VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1 Aquisição Facultativa

5.1.1 A Emissora poderá, a qualquer tempo, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476 e demais disposições aplicáveis, adquirir Debêntures em Circulação no mercado, observado o disposto no artigo 55, §2º, da Lei das Sociedades por Ações e as regras expedidas pela CVM, devendo tal(is) aquisição(ões) constar(em) do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora. As Debêntures objeto deste procedimento poderão (i) ser canceladas, devendo o cancelamento ser objeto de ato deliberativo da Emissora, (ii) permanecer em tesouraria, ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora

TEXT_SP 9057511v1 11589/I





para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula 5.1.1, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação, observada a restrição para negociação das Debêntures prevista na Cláusula 3.8.2 acima.

5.2 Resgate Antecipado

5.2.1 Resgate Antecipado Facultativo. Não será permitido o resgate antecipado facultativo das Debêntures.

5.3 Vencimento Antecipado

5.3.1 Hipóteses de vencimento antecipado

5.3.1.1 Sujeito ao disposto nas Cláusulas 5.3.2 a 5.3.7 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações principais e acessórias, objeto desta Escritura e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal das Debêntures em Circulação, acrescido dos Juros Remuneratórios e Encargos Moratórios, se houver, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, ou do último pagamento dos Juros Remuneratórios, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, na ciência da ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos (cada evento, um “Evento de Inadimplemento”):

(i) inadimplemento, por parte da Emissora e/ou dos Fiadores, de qualquer obrigação pecuniária referente às Debêntures, desde que tal inadimplemento não seja sanado em até 1 (um) dia útil contado a partir da data do inadimplemento;

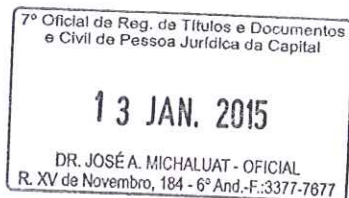
(ii) inadimplemento, por parte da Emissora e/ou dos Fiadores, de qualquer obrigação não pecuniária referente às Debêntures, desde que tal inadimplemento não seja sanado em até 10 (dez) dias corridos contados a partir da data do inadimplemento;

(iii) (a) decretação de falência da Emissora e/ou das Subsidiárias; (b) pedido de falência pela Emissora e/ou pelas Subsidiárias; (c) pedido de falência da Emissora e/ou das Subsidiárias formulado por terceiro(s) e não elidido no prazo legal; (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora e/ou das Subsidiárias, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (e) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora e/ou das Subsidiárias. Será considerado como decretação de falência, recuperação judicial ou submissão aos credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, para fins deste Evento de Inadimplemento, qualquer procedimento extrajudicial ou judicial análogo previsto na legislação que venha a substituir ou complementar a atual legislação aplicável a falências, recuperação judicial e extrajudicial, conforme definidos, em ambos os casos, na Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, conforme alterada;

(iv) transferência a terceiros, pela Emissora e/ou pelos Fiadores, de qualquer obrigação relacionada às Debêntures, exceto se previamente autorizado por Debenturistas que representem 90% (noventa por cento) das Debêntures então em circulação, em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo), convocada para esse fim;

(v) não renovação ou o cancelamento, revogação ou suspensão de autorizações e/ou licenças, inclusive ambientais, que sejam exigidas por lei e de responsabilidade legal da Emissora e/ou das Subsidiárias e que sejam relevantes para a operação das atividades conduzidas pela Emissora e/ou das Subsidiárias na forma em que atualmente conduzidas, exceto se: (a) dentro do prazo de 30

TEXT_SP 9057511v1 11589/1





(trinta) dias úteis contados de tal não renovação, cancelamento, suspensão ou revogação, a Emissora e/ou as Subsidiárias comprovar a existência de provimento judicial autorizando a regular continuidade das atividades da Emissora e/ou das Subsidiárias, até a renovação ou a obtenção da referida autorização ou licença; ou (b) em 30 (trinta) dias úteis da não renovação ou do cancelamento, suspensão ou renovação, forem obtidas pela Emissora e/ou pelas Subsidiárias novas autorizações ou licenças, desde que solicitadas dentro do prazo legal para renovação; ou (c) a Emissora e/ou suas Subsidiárias, dentro de 30 (trinta) dias úteis da não renovação ou do cancelamento, suspensão ou renovação, conteste, de boa fé e pelos meios adequados, qualquer desses atos e obtenha medida cautelar ou liminar em seu favor suspendendo os efeitos da não renovação ou cancelamento, revogação ou suspensão;

(vi) ocorrência de qualquer dos seguintes eventos, afetando negativamente a Fiança outorgada no âmbito da Emissão, a saber, morte, interdição, prisão, incapacidade, insolvência de qualquer dos Fiadores, exceto se a Emissora e/ou os Fiadores reforçarem a Fiança perante o Agente Fiduciário e os Debenturistas em até 30 (trinta) dias corridos contados da ocorrência de qualquer tal evento. Para os fins deste item (vi), mediante a ocorrência de qualquer dos eventos acima, a Emissora e/ou os Fiadores deverão submeter à aprovação dos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo), proposta de aprovação, a critério dos Debenturistas, de novo garantidor para aderir a esta Escritura na qualidade de Fiador e/ou Avalista, conforme o caso;

(vii) inadimplemento de quaisquer obrigações pecuniárias (exceto pelas Debêntures), cujo valor, unitário ou agregado, seja acima de (i) 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido da Emissora apurado conforma suas últimas demonstrações financeiras anuais disponíveis ("Patrimônio Líquido"), ou R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), o que for menor, ou seu equivalente em outras moedas, para a Emissora; e (ii) R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, para os Fiadores, desde que tal inadimplemento não seja sanado em até 2 (dois) dias úteis, caso não exista um prazo de cura pré-estabelecido na respectiva obrigação (*cross-default*);

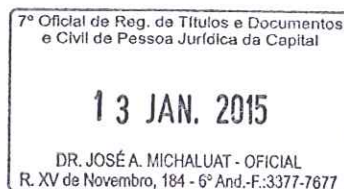
(viii) protesto legítimo de títulos contra a Emissora ou os Fiadores, com valor unitário ou agregado de, no mínimo, (i) 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido, ou R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), o que for menor, ou seu equivalente em outras moedas, para a Emissora; e (ii) R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, para os Fiadores, por cujo pagamento a Emissora ou os Fiadores sejam responsáveis, ainda que na condição de garantidores, desde que referido protesto não seja sanado ou suspenso em até 5 (cinco) dias corridos, contados a partir da data em que a Emissora e/ou os Fiadores, conforme o caso, tomarem ciência da ocorrência de referido protesto;

(ix) descumprimento de qualquer decisão transitada em julgado de natureza judicial ou sentença arbitral definitiva proferida contra a Emissora ou Fiadores, em valor individual ou agregado igual ou superior a (i) 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido, ou R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), o que for menor, ou seu equivalente em outras moedas, para a Emissora; e (ii) R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, para os Fiadores;

(x) transformação da forma societária da Emissora de sociedade por ações para qualquer outro tipo societário, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

(xi) caso a Emissora e/ou as Subsidiárias vierem a cessar suas atividades empresariais ou a adotar medidas societárias voltadas à sua liquidação ou dissolução;

TEXT_SP 9057511v1 11589/1



dívidas já contratadas, desde que qualquer tal renovação ou prorrogação não envolva o oferecimento de qualquer Gravame adicional àqueles existentes na Data de Emissão, no que tange aos bens e/ou direitos da Emissora e/ou dos Fiadores existentes na Data de Emissão;

(xxi) se, durante a vigência desta Escritura, a Emissora dispuser, transferir, ceder ou alienar (ainda que em caráter fiduciário), empenhar ou constituir qualquer outro ônus ou Gravame sobre os bens e direitos objeto das Garantias;

(xxii) se, durante a vigência desta Escritura, a Emissora ou os Fiadores dispuserem, transferirem, cederem, venderem, doarem ou alienarem ativos, bens ou direitos, em valor unitário o agregado superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, e/ou que sejam relevantes para a operação das atividades conduzidas pela Emissora e/ou das Subsidiárias na forma em que atualmente conduzidas e que possam resultar em efeito prejudicial relevante nos negócios, resultados operacionais e/ou perspectivas da Emissora, das Subsidiárias e/ou dos Fiadores, e que afete ou possa afetar a capacidade jurídica e/ou econômico-financeira da Emissora, das Subsidiárias e/ou dos Fiadores, de cumprir suas obrigações financeiras e/ou não financeiras decorrentes desta Escritura, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação;

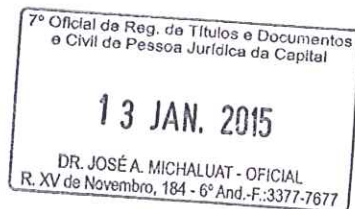
(xxiii) ocorrência de quaisquer eventos ou situações que impossibilitem o exercício, pelos Debenturistas, de seus direitos e garantias decorrentes desta Escritura, incluindo, mas sem limitações, a ocorrência de uma Mudança Adversa Relevante (conforme definido abaixo), desde que, sendo passível de remediação, tal evento ou situação não deixe de surtir efeitos dentro do prazo de 5 (cinco) dias após sua ocorrência ou verificação. Para os fins desta Escritura, "Mudança Adversa Relevante" significa: (i) qualquer efeito prejudicial relevante na situação (financeira ou de outra natureza), negócio, bens, resultados operacionais e/ou perspectivas da Emissora, das Subsidiárias e/ou dos Fiadores, que afete ou possa afetar a capacidade jurídica e/ou econômico-financeira da Emissora, das Subsidiárias e/ou dos Fiadores, de cumprir suas obrigações financeiras e/ou não financeiras decorrentes das Debêntures e dos Documentos das Garantias; e/ou (ii) qualquer evento ou condição que, após o decurso de prazo e/ou envio de notificação, possa resultar em um evento de vencimento antecipado das Debêntures;

(xxiv) declaração de vencimento antecipado de quaisquer dívidas da Emissora e/ou dos Fiadores, cujo valor unitário ou agregado seja superior a (i) 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido, ou R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), o que for menor, para a Emissora; e (ii) R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para os Fiadores, desde que tal descumprimento não tenha sido sanado em até 5 (cinco) dias corridos contados a partir da respectiva data de descumprimento (*cross acceleration*);

(xxv) comprovação de que quaisquer declarações prestadas pela Emissora em qualquer dos documentos relacionados à Oferta Restrita são falsas, incorretas ou enganosas;

(xxvi) não manutenção, pela Emissora, dos respectivos registros contábeis de forma precisa e completa, sujeitos a auditoria, sendo que, a partir exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2015, inclusive, a Emissora deverá manter os registros contábeis auditados por uma das seguintes empresas de auditoria: KPMG Auditores Independentes, Price Waterhouse Coopers, Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.A. ou Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes;

TEXT_SP 9057511v1 11589/1



(xxvii) não atendimento, após decorridos eventuais prazos de cura previstos nos Documentos das Garantias, às obrigações de reforço, substituição e/ou aos limites, percentuais e/ou valores das Garantias;

(xxviii) se qualquer documento da Emissão, incluindo-se, mas não se limitando aos Documentos das Garantias, ou qualquer uma de suas disposições substanciais forem revogados, rescindidos, se tornarem nulos, de forma a subtrair a validade ou eficácia da Emissão, e tal efeito não for sanado no prazo de 15 (quinze) dias úteis contado da ocorrência, em cada caso, de forma que afetem de maneira adversa a capacidade da Emissora de cumprir com as respectivas obrigações ligadas à Emissão;

(xxix) invalidade, nulidade, inexecutabilidade ou ineficácia desta Escritura (e/ou de qualquer de suas disposições que afetem de maneira adversa a capacidade da Emissora de cumprir com as respectivas obrigações ligadas à Emissão) e/ou dos Documentos das Garantias (e/ou de qualquer de suas disposições que afetem de maneira adversa a capacidade da Emissora de cumprir com as respectivas obrigações ligadas à Emissão), declarada em sentença arbitral definitiva, decisão judicial transitada em julgado ou administrativa irrecurável;

(xxx) questionamento judicial, pela Emissora, pelas Subsidiárias e/ou por qualquer afiliada ou pelos Fiadores, quanto à validade, eficácia ou executabilidade de qualquer disposição desta Escritura e/ou de qualquer dos Documentos das Garantias e/ou das Garantias, nos termos aqui e ali indicados;

(xxxi) obtenção de decisão judicial transitada em julgado por qualquer pessoa que não aquelas indicadas no item (xxix), que limite a validade, eficácia, ou executabilidade desta Escritura e/ou dos Documentos das Garantias e/ou das Garantias;

(xxxii) não observância pela Emissora, durante o Prazo de Vigência das Debêntures, de qualquer dos seguintes índices e limites financeiros ("Covenants Financeiros"), calculados com base nas informações financeiras consolidadas auditadas e/ou revisadas, conforme o caso, da Emissora, ao final de cada exercício, sendo a primeira verificação realizada com relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, em até 15 (quinze) dias corridos contados a partir do envio dos documentos previstos na Cláusula 6.1 (a) (i) e (ii), conforme aplicável, ao Agente Fiduciário, a saber:

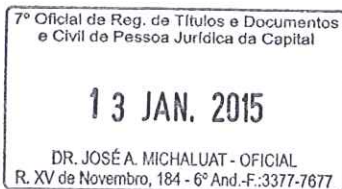
- (a) **DÍVIDA LÍQUIDA/EBITDA** deverá, a cada verificação, ser menor ou igual a 3 (três) ;
- (b) **EBITDA/DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS** deverá, a cada verificação, ser maior ou igual a 2 (dois); e
- (c) **DÍVIDA LÍQUIDA/PATRIMÔNIO LÍQUIDO** deverá, a cada verificação, ser menor ou igual a 1,5 (um e meio);

considerando, para a verificação dos *Covenants Financeiros* que:

(1) **EBITDA** deverá significar o lucro (prejuízo) líquido dos últimos 12 (doze) meses, excluídos os efeitos: (1.1) do imposto de renda e da contribuição social; (1.2) do RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO; (1.3) das despesas de depreciação e amortização;

(2) **DÍVIDA LÍQUIDA FINANCEIRA** deverá significar, com relação à Emissora e em relação a qualquer período, sem duplicidade, (2.1) a somatória de (2.1.1) todos os endividamentos da Emissora no que diz respeito a valores em dinheiro tomados em empréstimo de qualquer instituição financeira, incluindo, sem limitação, obrigações

TEXT_SP 9057511v1 11589/1



relacionadas ao aceite de linhas de crédito e de empréstimos relativos a cartas de crédito;; (2.1.2) todas as obrigações da Emissora representadas por debêntures, notas promissórias ou outros títulos e/ou valores mobiliários similares; (2.2) deduzida de todos os saldos nas contas de caixa e aplicações financeiras vinculadas ou não da Emissora;

(3) **DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS** deverá significar: (3.1) as despesas financeiras calculadas pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 (doze) meses, incluindo mas sem limitação a despesas de juros, descontos concedidos a clientes em virtude do pagamento antecipado de títulos, comissões e despesas bancárias, e tributos, contribuições e despesas de qualquer natureza oriundos de operações financeiras, descontadas; de (3.2) o somatório de receitas financeiras calculadas pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 (doze) meses, incluindo mas não se limitando a receitas de aplicações financeiras. Fica desde já estabelecido que deverá ser considerado no cálculo da Despesa Financeira Líquida o resultado, positivo ou negativo, da marcação a mercado de contratos de *hedge* e/ou quaisquer outros contratos de derivativos;

(4) **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** deverá significar (4.1) o total do ativo da Emissora, subtraído (4.2) da soma do passivo circulante e do passivo não circulante da Emissora; e

(5) **RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO** deverá significar a diferença entre receitas financeiras e despesas financeiras calculadas pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 (doze) meses, das quais deverão ser excluídos os juros sobre capital próprio. O RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO será apurado em módulo se for negativo e, ser for positivo, não será considerado para cálculo,

(xxxiii) ocorrência das hipóteses mencionadas nos artigos 333 e 1.425 do Código Civil;

(xxxiv) caso a presente Escritura e as Garantias não sejam levadas à registro e arquivamento, conforme previsto nas Cláusulas 2.1.2 e 2.1.3. desta Escritura, e/ou não sejam devidamente arquivadas nos prazos previstos nesta Escritura e nos Contratos de Garantia;

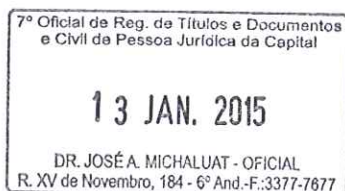
(xxxv) caso ocorra qualquer hipótese de substituição, recomposição ou reforço das Garantias, nos termos dos Contratos de Garantias, e a substituição, recomposição ou reforço das mesmas não seja efetuada no prazo e/ou eventuais bens e direitos apresentados para substituição, recomposição ou reforço das Garantias não seja devidamente aprovado pelos Debenturistas, nos termos dos Contratos de Garantia;

(xxxvi) violação ou indício de violação pela Emissora e/ou pelos Fiadores, de qualquer dispositivo legal ou regulatório relativo à prática de corrupção ou de atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, incluindo, mas não se limitando, a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013; e

(xxxvii) desapropriação, confisco ou qualquer ato de qualquer entidade governamental competente que (a) resulte na efetiva perda, pela Emissora e/ou por qualquer dos Fiadores, da propriedade e/ou posse direta ou indireta da totalidade ou parte substancial de seus ativos, e/ou (b) afete de forma adversa a capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura.

5.3.2 A Emissora obriga-se a comunicar, no prazo previsto no item 6.1, (i), "d", o Agente Fiduciário, sobre a ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento, para que este tome as providências devidas.

TEXT_SP 9057511v1 11589/1



5.3.3 Se o vencimento antecipado das Debêntures estiver fundamentado nas hipóteses constantes dos itens i, iii, iv, vi, vii, viii, ix, x, xi, xii, xiv, xv, xvi, xvii, xix, xx, xxi, xxii, xxiii, xxiv, xxvii, xxviii, xxix, xxxiii, xxxv e xxxvi da Cláusula 5.3.1.1 acima, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial ou de qualquer consulta aos Debenturistas.

5.3.4 Na ocorrência de quaisquer outros eventos não descritos na Cláusula 5.3.3 acima, os Debenturistas, por meio do Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 8ª abaixo, deverão convocar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data em que constatar sua ocorrência, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), para deliberar sobre a eventual não decretação de vencimento antecipado das Debêntures.

5.3.4.1 Na Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), mencionada no item 5.3.4. acima, que será instalada, observado o procedimento de convocação constante da cláusula 8.4 desta Escritura, deverá ser observado o quórum de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, os Debenturistas poderão deliberar por não declarar o vencimento antecipado das Debêntures por qualquer razão que seja. Em caso de suspensão dos trabalhos da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) para deliberação em data posterior, os Debenturistas, por meio do Agente Fiduciário, não deverão declarar o vencimento antecipado das Debêntures. Caso a Assembleia Geral dos Debenturistas não seja instalada após observadas as disposições do item 8.4 desta Escritura, o Agente Fiduciário deverá decretar o vencimento antecipado das Debêntures.

5.3.5 Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar notificação imediatamente à Emissora e aos Fiadores, com cópia à CETIP e ao Banco Liquidante e ao Escriitorador Mandatário, informando tal evento, para que a Emissora efetue o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido dos Juros Remuneratórios e Encargos Moratórios, se houver, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou do último pagamento dos Juros Remuneratórios, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data de recebimento da carta encaminhada pelo Agente Fiduciário.

5.3.6 A CETIP deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência do pagamento referido na Cláusula 5.3.5 acima.

5.3.7 Caso a Emissora não proceda no pagamento das Debêntures na forma estipulada na Cláusula 5.3.5 acima, além dos Juros Remuneratórios devidos, serão acrescidos ao Valor Nominal das Debêntures os Encargos Moratórios incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento, conforme Cláusula 4.9.3 acima.

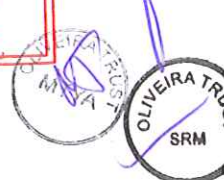
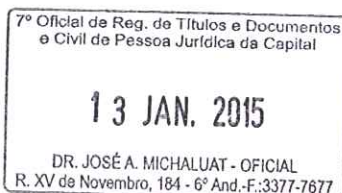
6. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DOS FIADORES

6.1 A Emissora adicionalmente se obriga a:

(i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:

(a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou até 10 (dez) dias após a data de suas respectivas divulgações, o que ocorrer primeiro, exceto em hipótese em que as informações não possam ser fornecidas em tais prazos por força de lei ou ordem de autoridade governamental, (i) cópia de suas

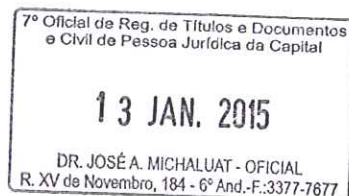
TEXT_SP 9057511v1 11589/1



demonstrações financeiras consolidadas completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes relacionados no item xxvi da Cláusula 5.3.1.1 acima, (ii) declaração do Diretor Financeiro da Emissora atestando o cumprimento das obrigações, principais e acessórias, constantes nesta Escritura; (iii) relatório contendo memória de cálculo para acompanhamento dos limites e índices *Covenants Financeiros*, compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção dos referidos índices financeiros devidamente calculados pela Emissora, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário; e (iv) cópia atualizada do organograma do grupo societário da Emissora, podendo este solicitar à Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;

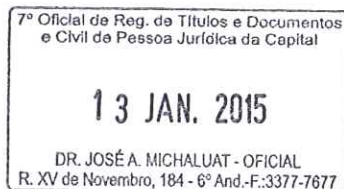
- (b) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre, ou até 10 (dez) dias após as datas de suas respectivas divulgações, o que ocorrer primeiro, exceto em hipótese em que as informações não possam ser fornecidas em tais prazos por força de lei ou ordem de autoridade governamental, (i) cópia de suas informações trimestrais consolidadas relativas aos respectivos trimestres, acompanhada do relatório da administração e do parecer de auditoria ou relatório de revisão especial dos auditores independentes; e (ii) declaração do Diretor Financeiro da Emissora atestando o cumprimento das obrigações, principais e acessórias, constantes nesta Escritura;
- (c) dentro de 5 (cinco) dias úteis após sua realização, cópias de todas as atas de todas as assembleias gerais de acionistas e fatos relevantes, bem como das reuniões do conselho de administração da Emissora;
- (d) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados na Cláusula 5.3.1.1 acima em até 1 (um) dia útil da ciência do evento pela Emissora;
- (e) qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa verificar o cumprimento das obrigações nos termos desta Escritura, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da respectiva solicitação, salvo na hipótese de ocorrência de um Evento de Inadimplemento, conforme previstos na Escritura de Emissão, ocasião em que a referida solicitação deverá ser atendida no prazo de 1 (um) dia útil contado do recebimento da respectiva solicitação;
- (f) comunicação escrita sobre a ocorrência de uma Mudança Adversa Relevante no momento em que tomar conhecimento de cada evento ou situação;
- (g) todas e quaisquer informações solicitadas pela CVM, pela CETIP e/ou por qualquer outro órgão ou autoridade governamental com relação à Emissão; e
- (h) dentro de 10 (dez) dias úteis, ou de outro prazo a ser previamente informado pela Emissora ao Agente Fiduciário, no caso do primeiro vir a necessitar de outro prazo e justificar tal necessidade, qualquer informação que razoavelmente venha a ser solicitada por escrito pelo Agente Fiduciário, desde que tal informação seja indispensável para que este último possa cumprir com suas obrigações decorrentes da presente Escritura e da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");

TEXT_SP 9057511v1 11589/1



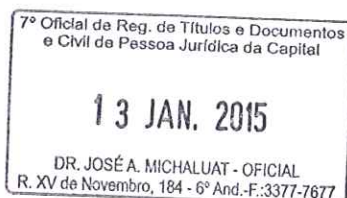
- (ii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor, em especial pelo artigo 17 da Instrução CVM 476;
- (iii) atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, abaixo transcritas:
- preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM;
 - submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
 - divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
 - manter os documentos mencionados no item (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
 - observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
 - divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando em até 1 (um) dia útil o Coordenador Líder e o Agente Fiduciário; e
 - fornecer as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP;
- (iv) enviar à CETIP: (a) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas na alínea (d) do subitem (iii) acima; (b) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo de 1 (um) dia útil a contar do recebimento de notificação nesse sentido; assim como (c) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 028/09, de 02 de abril de 2009;
- (v) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (vi) convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da Cláusula 8ª desta Escritura;
- (vii) cumprir todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;

TEXT_SP 9057511v1 11589/1



- (viii) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (ix) não realizar operações estranhas ao seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (x) notificar em até 1 (um) dia útil o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que cause interrupção ou suspensão das atividades da Emissora;
- (xi) não realizar operações com derivativos com objetivo que não seja de *hedge*, sendo certo que, para este fim, todas e quaisquer operações realizadas serão devidamente divulgadas nas demonstrações financeiras da Emissora, nos termos da regulamentação vigente;
- (xii) manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas de mercado do setor de atuação da Emissora e das sociedades nas quais a Companhia tem participação direta ou indireta ("Subsidiárias");
- (xiii) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;
- (xiv) arcar com todos os custos decorrentes (a) da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP, (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora, e (c) das despesas com a contratação de Agente Fiduciário, Banco Liquidante e Escriturador Mandatário;
- (xv) cumprir, e fazer com que todas as Subsidiárias cumpram, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, inclusive socioambientais e trabalhistas, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, salvo nos casos em que, de boa fé, esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial;
- (xvi) notificar o Agente Fiduciário, no prazo de até 3 (três) dias úteis contados a partir do evento, sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora e/ou das Subsidiárias, bem como prejudicar o pagamento das Debêntures ou resultar em qualquer dos casos de vencimento antecipado, inclusive no que diz respeito a qualquer mudança relevante na natureza ou escopo dos negócios e operações da Emissora e/ou de Subsidiárias, ou sobre qualquer evento ou fato que afete ou que possa afetar adversamente, de forma significativa, a condição financeira da Emissora, de suas Subsidiárias e/ou dos Fiadores, ou a capacidade de cumprimento das obrigações desta Escritura;
- (xvii) manter contratados os prestadores de serviços necessários à efetivação da emissão, distribuição e manutenção das Debêntures, bem como arcar com todos os custos, inclusive aqueles (a) decorrentes da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro e ao registro da Emissão na CETIP; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (c) relativos à contratação e despesas de Agente Fiduciário, assessor legal, Escriturador Mandatário e Banco Liquidante;

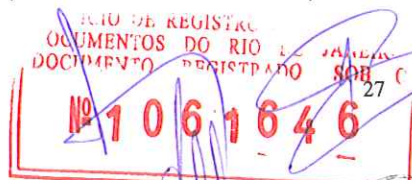
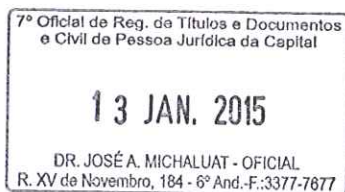
TEXT_SP 9057511v1 11589/1





- (xviii) atender integralmente as obrigações previstas na Instrução CVM 476;
- (xix) manter válidas e regulares as licenças, concessões, autorizações ou aprovações, inclusive socioambientais, necessárias ao regular funcionamento da Emissora e das Subsidiárias, e fazer com que sejam mantidas válidas e regulares as licenças, concessões, autorizações ou aprovações necessárias ao regular funcionamento da Emissora e das Subsidiárias;
- (xx) manter-se adimplente com relação a todos os tributos, taxas e/ou contribuições decorrentes da oferta pública de Debêntures, cujo recolhimento lhe seja imputável, exceto aqueles objeto de contestação administrativa ou judicial;
- (xxi) realizar a liquidação dos financiamentos contraídos pela Companhia junto ao Banco Itaú BBA S.A., representados pelos seguintes instrumentos: (i) Financiamento à Importação – FINIMP nº AGE769644, contratada em 12 de setembro de 2014; (ii) Financiamento à Importação - FINIMP nº AGE747364, contratada em 21 de julho de 2014; e (iii) Repasse via Instrução 4.131 nº AGE643276, contratada em 10 de outubro de 2014, no prazo de até 3 (três) dias úteis a contar da liquidação financeira das Debêntures, sendo que para fins deste item, a liquidação dos referidos financiamentos não será realizada com os recursos decorrentes das Debêntures;
- (xxii) realizar a liquidação dos financiamentos contraídos pela Companhia junto ao Coordenador Líder, representados pelos seguintes instrumentos: (i) Cédula de Crédito Bancário nº 782174, emitida em 16 de maio de 2014 e (ii) Cédula de Crédito Bancário nº 832697, emitida em 16 de novembro de 2014, no prazo de até 3 (três) dias úteis a contar da liquidação financeira das Debêntures, sendo que para fins deste item, a liquidação dos referidos financiamentos não será realizada com os recursos decorrentes das Debêntures;
- (xxiii) cumprir, e fazer com que as Subsidiárias cumpram: (a) o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações socioambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos socioambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão; (b) comunicar ao Agente Fiduciário qualquer situação ou verificação de não conformidade em que esteja eventualmente envolvido, referente à legislação ambiental em vigor; (c) não utilizar, em suas atividades comerciais e vinculadas a seu objeto social, formas nocivas ou de exploração de trabalho forçado e ou mão de obra infantil prejudicial; e (d) não destinar os recursos oriundos das Debêntures para quaisquer finalidades e/ou projetos que possam causar danos ambientais e/ou sociais, bem como àqueles que não atendam rigorosamente a Política Nacional de Meio Ambiente e as disposições das normas e regulamentos que regem tal política. Por trabalho forçado entende-se todo trabalho e serviço executado de forma não voluntária, que é obtido de um indivíduo sob ameaça de força ou punição. Por mão de obra infantil entende-se contratação de crianças exploração econômica, ou que tem probabilidade de oferecer perigo, interferir com a educação da criança, ou ser prejudicial à saúde ou desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social da criança;
- (xxiv) cumprir, ou fazer cumprir por suas Subsidiárias ou seus sócios, acionistas, funcionários ou eventuais subcontratados, as normas que lhes forem aplicáveis e versem sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública, na forma da Lei nº 12.846, de 1º de

TEXT_SP 9057511v1 11589/1





agosto de 2013, devendo (a) manter políticas e procedimentos internos que assegurem integral cumprimento de tais normas; (b) dar conhecimento pleno de tais normas a todos os seus; (c) abster-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional ou estrangeira; e (d) caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato que viole aludidas normas, comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário; e

(xxv) outorgar e fazer com que sejam outorgadas, bem como renovar, as procurações descritas nos Contratos de Garantia.

6.2 Cada um dos Fiadores adicionalmente se obriga a (i) fornecer ao Agente Fiduciário informações sobre quaisquer descumprimentos, pela Emissora ou pelos próprios Fiadores, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura ou dos Contratos de Garantia, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento de tal descumprimento, e (ii) observar todas as obrigações, termos e demais condições previstas nos Contratos de Garantia, nos prazos estipulados em cada Contrato de Garantia.

7. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1 A Emissora constitui e nomeia a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. como agente fiduciário desta Emissão, a qual expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação atualmente em vigor e da presente Escritura, representar a comunhão de Debenturistas perante a Emissora.

7.2 Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

7.2.1 Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido na Cláusula 7.2 acima, caberá à Emissora efetuar-la.

7.2.2 A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

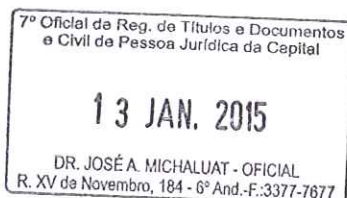
7.2.3 Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

7.2.4 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em assembleia especialmente convocada para esse fim.

7.2.5 A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

7.2.6 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura.

TEXT_SP 9057511v1 11589/1





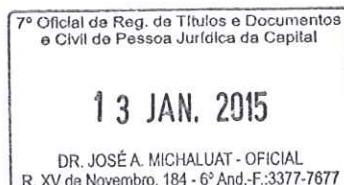
7.2.7 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

7.2.8 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

7.3 Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça e às expensas desta, a inscrição desta Escritura e eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (viii) verificar (i) a regularidade da constituição das garantias prestadas aos Debenturistas, (ii) a validade e exequibilidade dos Contratos de Garantia, e (iii) o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (ix) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
- (x) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora a ser conduzida às expensas desta última;

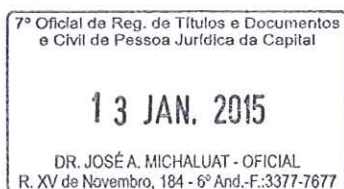
TEXT_SP 9057511v1 11589/1





- (xi) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes na forma da Cláusula 4.10 acima;
- (xii) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xiii) elaborar anualmente relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, §1º, alínea b, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 12, item XVIII, da Instrução CVM 28, o qual deverá conter, ao menos, as informações abaixo listadas. Para tanto, a Emissora obriga-se a enviar o organograma societário do grupo da Emissora, todas as informações financeiras e atos societários necessários à realização do relatório supracitado, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização aos Debenturistas do relatório anual, exceto em hipótese em que as informações não possam ser fornecidas em tais prazos por força de lei ou ordem de autoridade governamental. O referido organograma societário do grupo da Emissora deverá conter, inclusive, controladores, controladas, controle comum, coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social.
 - (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) amortização do Valor Nominal e pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (h) cumprimento de outras obrigações, principais e acessórias, assumidas pela Emissora nesta Escritura; e
 - (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário.
- (xiv) colocar o relatório de que trata o item (xiii) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

TEXT_SP 9057511v1 11589/1





- (v) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, liquidação extrajudicial e/ou insolvência da Emissora.

7.5 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 7.5 (i) a (iv) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), esta assim o autorizar por deliberação de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na Cláusula 7.5 (v) acima.

7.6 O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que, com razoável zelo e discernimento, considere autêntico, exceto pela verificação da regular constituição dos referidos documentos, conforme previsto na Instrução CVM 28, e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração destes documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

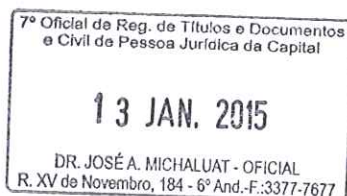
7.7. O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado e que, com razoável zelo e discernimento, considere autêntico, com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações desta Escritura e dos demais documentos da Oferta Restrita.

7.8. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

7.9. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos mesmos. Assim, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas, conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência de tal postura aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável ou da presente Escritura.

7.10 Ao Agente Fiduciário, para o acompanhamento padrão dos serviços de agente fiduciário a serem por ele prestados, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, serão devidas pela Emissora parcelas anuais de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), sendo a primeira parcela devida 5 (cinco) dias após a data de assinatura da Escritura de Emissão e as demais nas mesmas datas dos anos subsequentes. Serão devidas parcelas anuais até a liquidação integral das Debêntures, caso estas não sejam quitadas na Data de Vencimento.

TEXT_SP 9057511v1 11589/I



8.4 A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação da respectiva série e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas de tal série, observados os procedimentos previstos no Artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações.

8.5 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

8.6 O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

8.7 A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista da respectiva série eleito pelos Debenturistas da mesma série ou àquele que for designado pela CVM.

8.8 Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, exceto quando de outra forma prevista nesta Escritura e nas hipóteses de alteração nas Cláusulas 4.1.3, 4.6, 4.8, 5.2 e 5.3 desta Escritura, as quais dependerão da aprovação de 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação de cada série.

8.8.1 A alteração de quorum qualificado previsto na presente Escritura dependerá da aprovação de 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação de cada série.

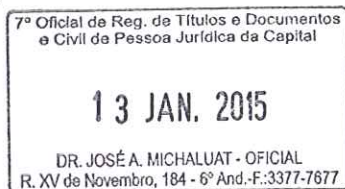
8.8.1.2 As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido em respectiva Assembleia.

9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1 Agente Fiduciário declara e garante à Emissora que:

- (i) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (ii) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (iii) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (iv) as pessoas que o representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- (v) sob as penas da lei, não tem nenhum impedimento legal, conforme definido no artigo 66, §3º, da Lei das Sociedades por Ações e no artigo 10 da Instrução CVM 28, para exercer a função que lhe é conferida;
- (vi) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;

TEXT_SP 9057511v1 11589/1



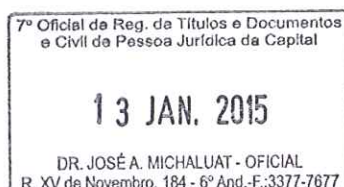
- (vii) aceita integralmente esta Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (viii) está devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente; e
- (ix) verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento;
- (x) na data de assinatura da presente Escritura, conforme organograma encaminhado pela Emissora, não presta serviços de agente fiduciário a qualquer sociedade do grupo econômico da Emissora;
- (xi) a garantia representada pela Alienação Fiduciária de Bem Imóvel da 2ª Série será constituída e exequível quando do registro do Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel da 2ª Série no competente Cartório de Registro de Imóveis de Bragança Paulista e a consequente averbação do referido ônus na matrícula de nº 41.266, sendo suficiente para cobrir eventual inadimplemento da Emissora no âmbito da 2ª Série, posto que representa, na data de assinatura desta Escritura, 100,28% (cem inteiros por cento e vinte e oito centésimos) do Valor da 2ª Série;
- (xii) a garantia representada pela Alienação Fiduciária de Bem Imóvel da 3ª Série será constituída e exequível quando do registro do Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel da 3ª Série no competente Cartório de Registro de Imóveis de São Carlos e a consequente averbação do referido ônus nas matrículas de nº 121.154 e 121.155, sendo suficiente para cobrir eventual inadimplemento da Emissora no âmbito da 3ª Série, posto que representa, na data de assinatura desta Escritura, 100,55% (cem inteiros por cento e cinquenta e cinco centésimos) do Valor da 3ª Série;
- (xiii) a garantia representada pela Alienação Fiduciária de Bem Imóvel da 4ª Série será constituída e exequível quando do registro do Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel da 4ª Série no competente Cartório de Registro de Imóveis de Iranduba e a consequente averbação do referido ônus nas matrículas de nº 1.271 e 1.272, sendo suficiente para cobrir eventual inadimplemento da Emissora no âmbito da 4ª Série, posto que representa, na data de assinatura desta Escritura, 100,60% (cem inteiros por cento e sessenta centésimos) do Valor da 4ª Série; e
- (xiv) a garantia representada pela Cessão Fiduciária será constituída e exequível quando do registro do Contrato de Cessão Fiduciária nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, conforme descrito no Contrato de Cessão da 1ª Série, sendo certo que não foi possível atestar sobre sua suficiência.

9.2 A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

10. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DOS FIADORES

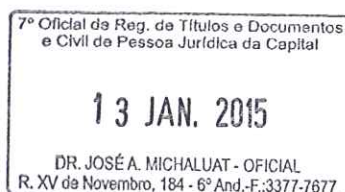
10.1 Cada qual entre a Emissora e os Fiadores declara e garante a todos e quaisquer Debenturistas e ao Agente Fiduciário que, na data da assinatura desta Escritura:

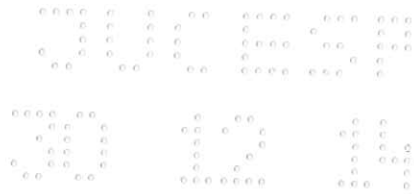
TEXT_SP 9057511v1 11589/1



- (i) a Emissora é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, incluindo, sem limitação a Lei das Sociedades por Ações;
- (ii) a Emissora e os Fiadores, conforme aplicável, estão devidamente autorizados a celebrar esta Escritura, os Documentos da Garantia, o Contrato de Colocação e a cumprir suas obrigações aqui e lá previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários;
- (iii) os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura têm poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (iv) esta Escritura, os Documentos das Garantias e as obrigações aqui e ali previstas, inclusive, no caso dos Fiadores, a Fiança, constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Emissora e dos Fiadores (conforme o caso), exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (v) a celebração desta Escritura, a formalização dos Documentos das Garantias e do Contrato de Colocação, a realização de Emissão e a colocação das Debêntures não infringem nenhuma disposição legal, regulatória, contrato ou instrumento relevante para os negócios da Emissora, Subsidiárias e/ou dos Fiadores, dos quais a Emissora, suas Subsidiárias e/ou os Fiadores sejam parte nem importará: (a) no vencimento antecipado de obrigações estabelecidas em quaisquer de tais contratos e/ou instrumentos; (b) na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos; ou (c) na criação de qualquer ônus sobre quaisquer ativos ou bens da Emissora, das Subsidiárias, de quaisquer dos Fiadores e/ou de suas afiliadas, exceto pelas Garantias;
- (vi) a Emissora e as Subsidiárias detêm todas as autorizações, concessões e licenças (inclusive ambientais) relevantes necessárias para o exercício de suas atividades, as quais se encontram válidas e em pleno efeito;
- (vii) exceto com relação a processos judiciais não provisionados em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil, a Emissora e/ou as Subsidiárias não possuem quaisquer passivos materiais que já tenham sido demandados ou exigidos, nem passivos materiais ou contingências materiais decorrentes de operações praticadas que não estejam refletidos nas respectivas demonstrações financeiras ou em suas notas explicativas ou que não tenham sido divulgados nos termos da regulamentação aplicável;
- (viii) as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2012 e 2013, bem como as informações financeiras relativas ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e para aqueles períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis determinados pela regulamentação aplicável, refletindo corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora, de forma consolidada (quando aplicável);

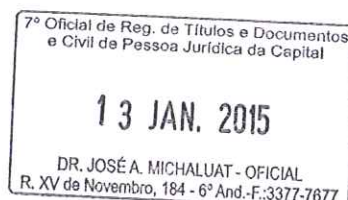
TEXT_SP 9057511v1 11589/1





- (ix) inexistência: (a) descumprimento de qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental em curso ou, em seu conhecimento pendente, que possa vir a causar uma Mudança Adversa Relevante (conforme definido abaixo);
- (x) a Emissora e as Subsidiárias possuem, na data de assinatura deste Contrato, cobertura de seguro em seu nome e/ou realizam gestão de riscos adequada, dos respectivos ativos relevantes para a condução das respectivas atividades, de acordo com as práticas de mercado vigentes com relação ao seu segmento de atuação;
- (xi) a Emissora e as Subsidiárias cumprem, em todos os aspectos materiais, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos e autoridades públicas e/ou governamentais, autarquias e/ou tribunais, exceto aquelas que estão sendo contestadas pelos meios legais e/ou administrativos apropriados;
- (xii) a Emissora e as Subsidiárias exercem suas atividades em conformidade com a legislação vigente a ela aplicável, e detêm as aprovações necessárias à celebração desta Escritura e ao cumprimento das obrigações nela previstas;
- (xiii) a Emissora e as Subsidiárias não se utilizam de trabalho ilegal ou mão de obra infantil, salvo neste último caso na condição de aprendiz, e comprometem-se a não utilizar práticas de trabalho análogo ao escravo, seja direta ou indiretamente, por meio de seus respectivos fornecedores de produtos e serviços, observando as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho;
- (xiv) a Emissora e as Subsidiárias não empregam pessoas com idade inferior a 18 (dezoito) anos, inclusive menor aprendiz, em locais prejudiciais a sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social, bem como em locais e serviços perigosos ou insalubres, em horários que não permitam a frequência à escola e, ainda, em horário noturno, considerando este o período compreendido entre as 22h (vinte e duas horas) e 5h (cinco horas);
- (xv) a Emissora e as Subsidiárias não utilizam práticas de discriminação negativa e limitativas ao acesso na relação de emprego ou a sua manutenção, tais como, mas não se limitando a, por motivos de gênero, origem, raça, cor, condição física, religião, estado civil, idade, situação familiar ou estado gravídico;
- (xvi) a Emissora e as Subsidiárias comprometem-se a proteger e a preservar o meio ambiente, bem como a prevenir e erradicar práticas danosas ao meio ambiente, executando seus serviços em observância à legislação vigente no que tange à Política Nacional do Meio Ambiente e dos Crimes Ambientais, bem como dos atos legais, normativos e administrativos relativos à área ambiental e correlata emanados das esferas Federal, Estadual e Municipal;
- (xvii) a Emissora, as Subsidiárias e os Fiadores, conforme aplicável, cumprirão todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura e dos Documentos das Garantias, incluindo mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos nesta Escritura;

TEXT_SP 9057511v1 11589/1

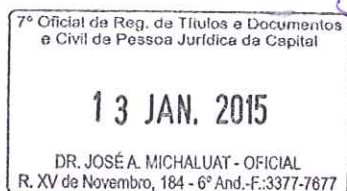


- (xviii) as informações fornecidas pela Emissora, pelas Subsidiárias e pelos Fiadores no contexto da Oferta são verdadeiras, consistentes corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (xix) a Emissora, as Subsidiárias e os Fiadores não omitiram ou omitirão nenhum fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos investidores nas Debêntures;
- (xx) não há qualquer ligação entre a Emissora ou as Subsidiárias e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (xxi) a Emissora, as Subsidiárias e os Fiadores têm plena ciência e concordam integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures, inclusive nas hipóteses de vencimento antecipado, nos termos desta Escritura, foi acordada por livre vontade entre a Emissora e o Coordenador Líder, em observância ao princípio da boa-fé;
- (xxii) a Emissora, as Subsidiárias e os Fiadores estão familiarizados com instrumentos financeiros com características semelhantes às das Debêntures;
- (xxiii) os administradores da Emissora têm ciência dos termos das Debêntures, estão familiarizados com seus propósitos e objetivos e aprovaram a Emissão;
- (xxiv) são pessoas sofisticadas e têm o conhecimento e a experiência em assuntos financeiros e de negócios, inclusive no que diz respeito a operações da mesma natureza que as Debêntures, que os capacitam a avaliar o mérito, os riscos e a adequação das Debêntures;
- (xxv) as obrigações de pagamento da Emissora e dos Fiadores nos termos desta Escritura não são subordinadas a quaisquer outros créditos quirografários que venham a ser detidos por qualquer pessoa contra a Emissora e os Fiadores e, exceto pela prioridade ou titularidade conferida aos Debenturistas sobre as Garantias, serão tratadas, pelo menos, em igualdade de condições (*pari passu*) a quaisquer outros créditos quirografários detidos contra a Emissora e os Fiadores (com exceção dos que disponham de privilégios creditórios imperativamente conferidos exclusivamente por lei e não por ato da Emissora e dos Fiadores); e
- (xxvi) não prestaram declarações falsas, imprecisas ou incompletas aos Debenturistas, ao Agente Fiduciário ou qualquer empresa integrante do grupo econômico do Agente Fiduciário, e não há pendências, judiciais ou administrativas ou de qualquer outra natureza, no Brasil ou no exterior, que causem ou possam causar uma Mudança Adversa Relevante ou Evento de Inadimplemento.

10.2 Cada qual entre os Fiadores ainda declara e garante a todos e quaisquer Debenturistas e ao Agente Fiduciário que, na data da assinatura desta Escritura:

- (i) está ciente e aceita todos os termos e condições constantes da presente Escritura e dos Documentos das Garantias;
- (ii) não se encontra em situação de insolvência e não se encontrará em situação de insolvência em razão da formalização da presente Escritura;

TEXT_SP 9057511v1 11589/1



- (iii) firma a presente Escritura e outorga a Fiança nos termos das disposições legais aplicáveis e/ou em conformidade com seus atos constitutivos.

10.3 A Emissora e os Fiadores, conforme o caso, se comprometem a notificar em até 2 (dois) dias úteis os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas sejam falsas e/ou incorretas na data em que foi prestada.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

- (i) Para a Emissora:

CAPRICÓRNIO S.A.

Avenida Angélica, 2.578, 12º andar
São Paulo - SP
01228-200
At.: Sr. Gustavo Manfredini
Telefone: (11) 3595-9997
Fax: (11) 3595-9930
e-mail: gustavo@capricornio.com.br

- (ii) Para o Agente Fiduciário:

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Av. das Américas, nº 500, bloco 13, sala 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca
Rio de Janeiro - RJ 22640-100
At.: Antonio Amaro e Maria Carolina Vieira Abrantes
Telefone: (21) 3514-0000
Fax: (21) 3514-0099
e-mail: antonio.amaro@oliveiratrust.com.br; e ger2.agente@oliveiratrust.com.br

- (iii) Para os Fiadores:

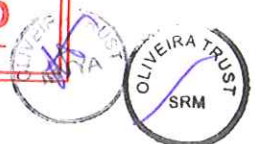
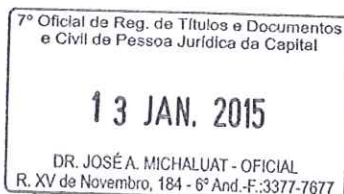
Avenida Angélica, 2.578, 12º andar
São Paulo - SP
01228-200
At.: Sr. Gustavo Manfredini
Telefone: (11) 3595-9997
Fax: (11) 3595-9930
e-mail: gustavo@capricornio.com.br

- (iv) Para o Banco Liquidante:

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal
São Paulo - SP
CEP 04344-902

TEXT_SP 9057511v1 11589/1



At.: Sr. Luiz Petito
Telefone: (11) 2797-4441
e-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

(v) Para o Escriturador Mandatário

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3500
São Paulo - SP
CEP 04538-132
At.: Sr. Luiz Petito
Telefone: (11) 2797-4441
e-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

(vi) Para a CETIP:

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano
São Paulo - SP
01452-001
At.: Gerência de Valores Mobiliários
Telefone: (11) 3111-1596
Fax: (11) 3111-1564
e-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

11.1.1 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.

11.1.2 As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

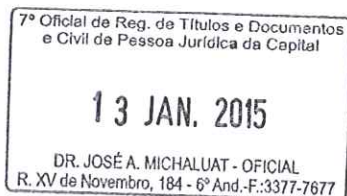
11.1.3 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada às demais Partes pela Parte que tiver seu endereço alterado, em até 2 (dois) dias contados da sua ocorrência.

11.1.4 Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto na Cláusula 11.1.4 acima serão arcados pela Parte inadimplente.

11.1.5 As comunicações, avisos ou notificações enviadas nas formas previstas nesta Escritura serão consideradas plenamente eficazes se entregues a empregado, preposto ou representante de qualquer das Partes.

11.2 Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, entende-se por “dia útil” qualquer dia da semana, exceto sábados, domingos e feriados nacionais. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de “dia útil”, entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

TEXT_SP 9057511v1 11589/1



11.3 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.4 Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

11.5 Qualquer modificação aos termos e condições desta Escritura será eficaz apenas mediante sua formalização por meio de aditamento a ser firmado por todas as Partes.

11.6 Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

11.7 Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

11.8 Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

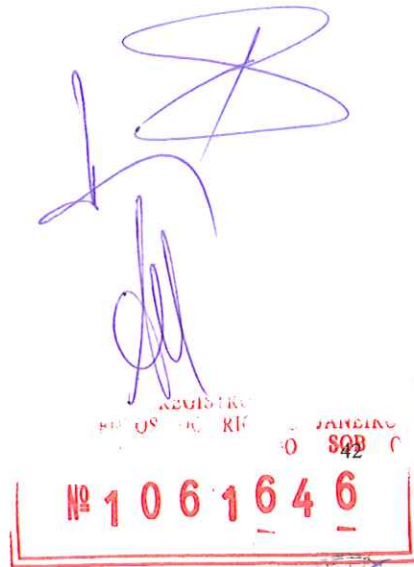
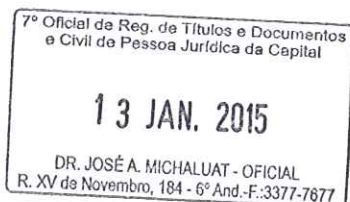
12. FORO

12.1 Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura, em 6 (seis) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.


São Paulo, 15 de dezembro de 2014.

TEXT_SP 9057511v1 11589/I



[página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Quatro Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Capricórnio S.A.]

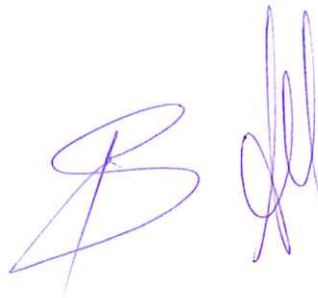
Por:
Cargo:


Julio Manfredini
Diretor
CPF: 653.814.678-34

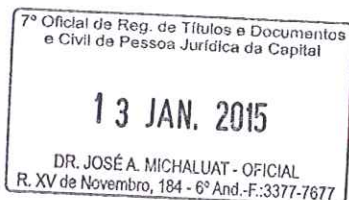
CAPRICÓRNIO S.A.

Por:
Cargo:


José Seabra Marino
Diretor
CPF: 003.426.178-85



TEXT_SP 9057511v1 11589/1



[página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Quatro Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Capricórnio S.A.]

Marcelo Takeshi Yano de Andrade
Procurador

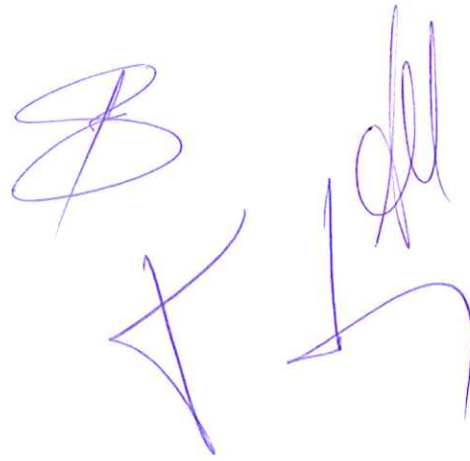
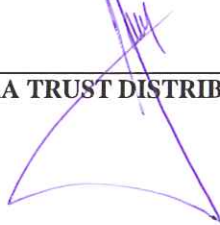


Sonia Regina Menezes
Procuradora

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Por:
Cargo:

Por:
Cargo:



TEXT_SP 9057511v1 11589/1

7º Oficial de Reg. de Títulos e Documentos
e Civil da Pessoa Jurídica da Capital

13 JAN. 2015

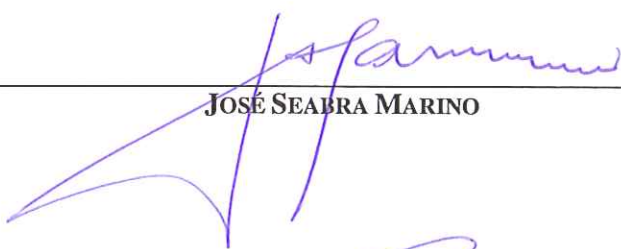
DR. JOSÉ A. MICHALUAT - OFICIAL
R. XV de Novembro, 184 - 6º And.-F.:3377-7677

OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E
DOCUMENTOS DO RIO DE JANEIRO,
DOCUMENTO REGISTRADO SOB O
Nº 1061646

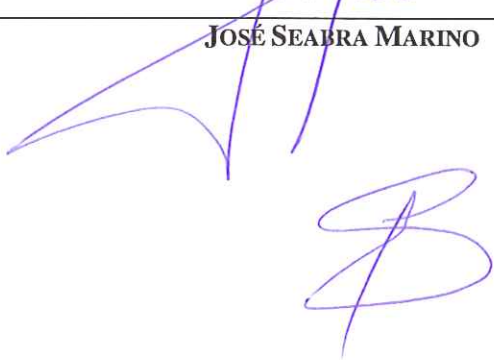

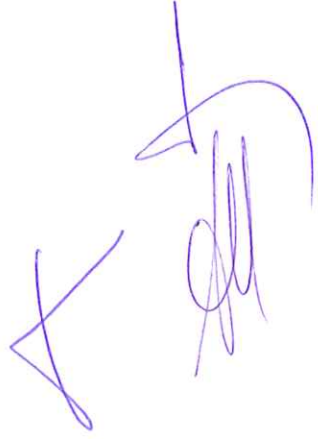
0000 00 00 00 00 0000 0000 0000
00 00 00 00 00 0000 0000 0000
00 00 00 00 00 0000 0000 0000
00 00 00 00 00 0000 0000 0000

0000 00 00 00 00 0000 0000 0000
00 00 00 00 00 0000 0000 0000
00 00 00 00 00 0000 0000 0000
00 00 00 00 00 0000 0000 0000

[página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Quatro Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Capricórnio S.A.]



JOSÉ SEABRA MARINO

TEXT_SP 9057511v1 11589/1

7º Oficial de Reg. de Títulos e Documentos
e Civil da Pessoa Jurídica da Capital

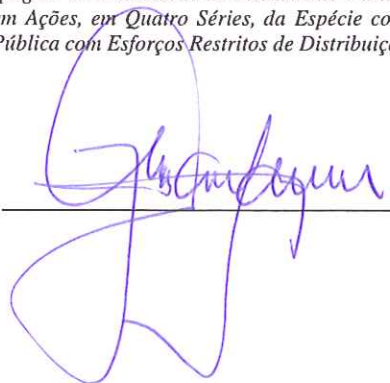
13 JAN. 2015

DR. JOSÉ A. MICHALUAT - OFICIAL
R. XV de Novembro, 184 - 6º And.-F.:3377-7677

DE REGISTRO
DEBÊNTURES DO RIO DE JANEIRO
1061646
SOB O



[página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Quatro Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Capricórnio S.A.]



JÚLIO MANFREDINI



TEXT_SP 9057511v1 11589/1

7º Oficial de Reg. de Títulos e Documentos
e Civil de Pessoa Jurídica da Capital

13 JAN. 2015

DR. JOSÉ A. MICHALUAT - OFICIAL
R. XV de Novembro, 184 - 6º And.-F.:3377-7677

2º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E
DOCUMENTOS DO RIO DE JANEIRO,
DOCUMENTO REGISTRADO SOB O

Nº 1061646



[página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Quatro Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Capricórnio S.A.]


SÍLVIA MARIA MANFREDINI BORDIGNON





TEXT_SP 9057511v1 11589/1

7º Oficial de Reg. de Títulos e Documentos
e Civil de Pessoa Jurídica da Capital

13 JAN. 2015

DR. JOSÉ A. MICHALUAT - OFICIAL
R. XV de Novembro, 184 - 6º And.-F.:3377-7677

2º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E
DOCUMENTOS DO RIO DE JANEIRO,
DOCUMENTO REGISTRADO SOB O
Nº 1061646

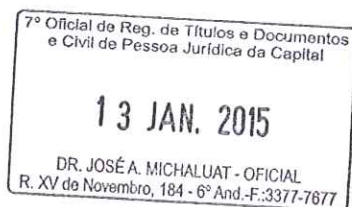


[página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Quatro Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Capricórnio S.A.]



GILSON BORDIGNON

TEXT_SP 9057511v1 11589/1



[página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Quatro Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Capricórnio S.A.]

TESTEMUNHAS:

1. [Assinatura]
 Nome: João N. Costa
 CPF/MF: 044.910.008-16
 RG: 16.234.727-X

2. [Assinatura]
 Nome: Jenica Pereira Valdez
 CPF/MF: 409.125.688-01
 RG: 49.158.674-7



7º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e
 Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 53.452.256/0001-04
 José Antônio Michalut - Oficial
 Protocolado e prenotado sob o n. **1.899.245** em
13/01/2015 e registrado, hoje, em microfilme
 sob o n. **1.899.245**, em títulos e documentos.
 São Paulo, 13 de janeiro de 2015

Emol. R\$ 8.588,88
 Estado R\$ 2.441,06
 Ipesp R\$ 1.808,18
 R. Civil R\$ 452,05
 T. Justiça R\$ 452,05

Total R\$ 13.742,22

Selos e taxas
 Recolhidos
 p/verba

[Assinatura]
 José Antônio Michalut - Oficial

TEXT_SP 9057511v1 11589/1



13 JAN. 2015

MICROFILMAGEM
1899245

Anexo I

Modelo de Declaração Financeira de Destinação dos Recursos

Declaramos, em cumprimento ao disposto na Cláusula 3.7.2 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Quatro Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Capricórnio S.A. ("Escritura de Emissão"), que os recursos disponibilizados na operação firmada por meio das respectivas Debêntures foram utilizados até a presente data nos termos da Cláusula 3.7.1 Escritura, conforme descrito abaixo:

<u>Nome do Vendedor de Algodão</u>	<u>Valor total gasto na aquisição de algodão até a presente data</u>	<u>Destinação dos Recursos</u>

O volume total de recursos obtidos mediante a emissão das Debêntures e ainda não utilizados até a presente data correspondente a R\$[●].

[local e data]

CAPRICÓRNIO S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

ANEXO AO DOCUMENTO
MICROFILMADO SOB O Nº

1061646 -

2º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E
DOCUMENTOS

